



Aposentados poderão ter reajuste incluído no Orçamento

Representantes de centrais sindicais reúnem-se, a partir das 9h, com o relator-geral do Orçamento, deputado Arlindo Chinaglia, para discutir o aumento a aposentados que ganham acima do mínimo

Emenda ao Orçamento apresentada por um grupo de parlamentares propõe reajuste equivalente à inflação mais 80% da variação do PIB de 2010. Proposta já teria o apoio

de um terço da Câmara, segundo o deputado Paulo Pereira da Silva, que também é presidente da Força Sindical. Ele explica que o percentual seria de 11,7% a partir de janeiro. **3**



Pedro Franco/Senado Federal

Com Luiz Carlos Gonçalves, ministro Gilson Dipp (D) coordena reunião

Penas desiguais desafiam juristas na reforma de código

A falta de proporcionalidade das penas, o excesso de leis especiais e a inadequação de parte das leis à realidade foram apontados como os

principais desafios para a reforma do Código Penal, em reunião, sexta-feira, entre comissão de juristas do Senado e subcomissão da Câmara. **4**

Lin de Paula/Senado Federal



Comissão analisa trabalhos de alunos do 2º e do 3º ano do ensino médio

Concurso de redação: hoje serão anunciados os vencedores **2**

Especialistas recomendam uso da energia hidrelétrica **4**

Senado discute defesa do pré-sal pelas Forças Armadas

A Comissão de Relações Exteriores discute hoje com representantes militares formas de garantir o patrimônio do pré-sal. **4**

Situação dos quilombolas é tema de debate nesta manhã

Comissão de Direitos Humanos discute hoje as condições de vida das comunidades remanescentes de quilombos. **4**

Tv Senado apresenta
Assunto de Estado
O Amazonas e o Desenvolvimento Sustentável

Debate ao vivo com os senadores:
Alfredo Nascimento (PR), Eduardo Braga (PMDB) e Vanessa Grazziotin (PC doB)
7 de novembro, segunda-feira, às 21h30 (horário de Brasília) na TV Senado e Rádio Senado

Envie suas perguntas:
0800 61 2211
www.senado.gov.br/alosenado
Twitter: @tvsenado
www.senado.gov.br/tv

Assunto de Estado

TV Senado/Arte e Divulgação

Foram selecionadas 27 redações de todo o Brasil, e os finalistas participarão do Projeto Jovem Senador



Linha de Paulo/Senado Federal

Comissão julgadora avalia os textos dos alunos do ensino médio que participaram

Vencedores do concurso de redação são anunciados hoje

HOJE SERÃO DIVULGADOS os nomes dos três primeiros colocados no IV Concurso de Redação do Senado Federal, que foram escolhidos pela comissão julgadora na sexta-feira. O tema é "O Brasil que a gente quer é a gente quem faz". A cerimônia de premiação será em 16 de novembro.

Os 27 finalistas participarão do Projeto Jovem Senador, que é uma simulação de como funciona o processo de criação das leis no país. A legislatura dos jovens parlamentares terá duração de três dias, iniciando-se com a posse e a eleição da Mesa, elaboração de textos oficiais dos projetos aprovados na ordem do dia e as consequentes publicações no *Diário do Senado Federal*.

Participaram do concurso de redação alunos do 2º e do 3º ano do ensino médio de escolas

públicas estaduais e do DF, com idade entre 16 e 19 anos. Foram selecionadas 27 redações para participar dessa fase do concurso – um concorrente de cada unidade da Federação. Todos os inscritos venceram as etapas regionais e ganharão computadores portáteis, medalhas, certificados e publicação das redações no livroto que será produzido pelo Senado.

Na comissão julgadora, estão servidores de diferentes áreas da Casa. Nesta edição foram convidados para avaliar os textos Marcos Magalhães de Aguiar e Paulo Henrique Brandão, ambos da Consultoria Legislativa; Marcelo Azevedo Larroyed e Carlos Eugenio Varella, do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB); Helena Rodrigues Fortes, da Diretoria-Geral; e Pêrsio Henrique Barroso, da Secretaria-Geral da Mesa (SGM).

Assunto de Estado reúne senadores do Amazonas

A TV Senado apresenta hoje, às 21h30, a sexta edição de *Assunto de Estado*, com transmissão ao vivo. Será a vez dos senadores do Amazonas – Alfredo Nascimento (PR), Eduardo Braga (PMDB) e Vanessa Grazziotin (PCdoB) –, que discutirão questões ligadas ao desenvolvimento sustentável do estado. Com uma hora e meia de duração, *Assunto de Estado* é conduzido pelos jornalistas Antônia Márcia Vale e Armando Rollemberg, com transmissão simultânea pela Rádio Senado e cobertura da Agência Senado.

Ana Amélia homenageia padre Landell de Moura

Considerado um dos precursores do rádio, padre Roberto Landell de Moura foi homenageado em Plenário por Ana Amélia (PP-RS). Nascido em Porto Alegre em 1861, ele morreu em 1928. A senadora anunciou que Landell de Moura será tema de documentário que a TV Senado exibe no sábado, às 20h30, em homenagem aos 150 anos de seu nascimento.

– Ele foi o precursor do rádio, da televisão e do teletipo, entre outras notáveis descobertas na área das telecomunicações – ressaltou a parlamentar.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Discursos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos dos senadores.

Presidência Prêmio

9h José Sarney participa de reunião da Mesa; às 12h30, almoço com o comandante da Marinha, Julio Soares de Moura; às 20h, Prêmio Congresso em Foco 2011.

CDR Cidades-sede da Copa

9h A Comissão de Desenvolvimento e Turismo promove o 2º Fórum Legislativo nas Cidades-Sede da Copa 2014 – Etapa São Paulo, na assembleia legislativa paulista.

CDH Quilombos

9h Quilombos serão tema de debate. Entre os convidados, a ministra da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Helena de Bairros.

CRE Pré-sal

18h "Pré-sal – papel das Forças Armadas na defesa do patrimônio e alocação de recursos para essa finalidade" é o tema do quarto painel de ciclo de palestras.

Terça-feira

CCT/CRA Código Florestal

8h30 Reunião das comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura e Reforma Agrária para votação do relatório final do Código Florestal.

CAS Advocacia pública

9h Advocacia pública como função essencial à Justiça, análise da estrutura atual e projeção para o futuro serão debatidos em audiência pública.

Amazônia Região na agenda

9h30 A Subcomissão Permanente da Amazônia realiza o 5º Simpósio Amazônia. Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia, participam do evento.

CAE Acesso a recursos do FAT

9h30 Votação de projeto que autoriza o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do FAT. Às 10h, audiência com o presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

CDH Direitos de mulheres e negros

10h Participam da audiência as ministras da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros.

CE Bullying nas escolas

11h A Comissão de Educação examina projeto que estabelece medidas de combate ao bullying na escola.

CMA Serra da Canastra

12h30 Na pauta da Comissão de Meio Ambiente, projeto que cria a APA da Serra da Canastra.

CCJ Sabatina

14h Claudia Maria de Freitas Chagas e Mario Luiz Bon-saglia, indicados para o Conselho Nacional do MP.

CI/CAE Concessões

14h Márcio Zimmermann e Nelson Barbosa debatem renovação das concessões do setor elétrico.

CMO Crédito para ministérios

14h30 Exame de projetos que autorizam créditos adicionais para diversos ministérios.

Quarta-feira

CCT Educação e futuro do país

9h Audiência debate o tema "Ciência na educação de base: recurso humano para o futuro do país".

CAS Exame de projetos

9h Liberação do FGTS para projeto de acessibilidade e exclusão de embriaguez em serviço como justa causa.

CCJ Voto impresso

10h A comissão finaliza a votação do projeto que institui o voto impresso para as eleições de 2014.

CDR Biocombustível

14h O presidente da Petrobras Biocombustível, Miguel Rossetto, debate a ampliação da produção e do consumo de biocombustível, especialmente no Nordeste.

CMMC Gestão das águas

14h Audiência pública com o diretor-presidente da Agência Nacional das Águas, Vicente Andreu Guillo, sobre as ações atuais e futuras na gestão das águas.

CMO Verbas públicas

15h O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, participa de audiência pública conjunta com a CMA do Senado e outras duas comissões da Câmara.

Quinta-feira

Subcomissão Acessibilidade

9h Debate sobre acessibilidade na Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016.

CMO Verba extra para ministérios

10h A Comissão Mista de Orçamento examina projetos de créditos adicionais para ministérios.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao – **Comissões:** www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Ana Amélia • Demóstenes Torres

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

* Licenciado

Wilson Santiago propõe fim do foro privilegiado

Wilson Santiago (PMDB-PB) vai apresentar à Mesa do Senado proposta de emenda à Constituição (PEC) alterando as regras de foro privilegiado para autoridades, conforme anunciou sexta-feira. O parlamentar quer acabar com a prerrogativa de julgamento de autoridades diretamente em tribunais superiores.

Compete ao Supremo Tribunal Federal (STF), por exemplo, processar e julgar presidente da República, deputados federais e senadores. Para Santiago, esse foro privilegiado gera na sociedade uma percepção de impunidade. Ele entende que a sociedade tem demonstrado intolerância com a corrupção e pressionado por mudanças na legislação, como ocorreu com a Lei da Ficha Limpa.

– Não há justificativa ética



José Cruz/Senado Federal

Senador diz que o privilégio atual inviabiliza condenação de corruptos

[para o foro privilegiado]. Essa é a grande verdade que temos que reconhecer – frisou.

Na opinião de Santiago, o foro privilegiado desrespeita o princípio da igualdade “quando deixa de aplicar a lei de maneira idêntica a todas as pessoas” e tem inviabilizado a condenação de corruptos.

– A prerrogativa da função se tornou um instrumento que evita punições para muitos, para os quais a sociedade exigiria punição – enfatizou.

Ana Amélia: STF julga Ficha Limpa nesta quarta-feira

Ana Amélia (PP-RS) informou que o Supremo Tribunal Federal (STF) deve decidir nesta quarta-feira sobre a aplicabilidade da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10) para as eleições municipais de 2012. A decisão da corte, enfatizou, vai evitar transtornos como os que aconteceram em 2010, quando eleitos não puderam tomar posse e depois exigiram judicialmente o direito de assumir o cargo.

A senadora disse esperar que os partidos políticos estabeleçam a regra da ficha limpa no lançamento de seus candidatos para as eleições municipais do próximo ano. Ela lembrou que a nova legislação foi resultado de pressão da sociedade e de instituições como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos



José Cruz/Senado Federal

Eleições de 2012 dependem da decisão, afirma senadora

Advogados do Brasil (OAB). Foram cerca de 1,6 milhão de assinaturas de cidadãos a favor da aprovação da lei.

– A sociedade está cansada do mau uso do dinheiro público, que vai pelo ralo da corrupção, e está exigindo uma atitude mais séria em relação ao comportamento dos políticos, seja no Congresso Nacional, seja no Poder Executivo – afirmou.

Mesa decide hoje sobre posse de Cássio Cunha Lima

A Mesa do Senado realiza reunião hoje para tomar uma posição final sobre a posse de Cássio Cunha Lima (PSDB), o candidato mais votado da Paraíba nas eleições para o Senado em 2010, mas que não assumiu em virtude da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10). O parecer sobre o caso está sendo elaborado por Ciro Nogueira (PP-PI), 4º secretário do Senado.

No dia 19 de outubro, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a posse imediata de Cunha Lima por não reconhecer a possibilidade de aplicação da Lei da Ficha Limpa no pleito de 2010. Ele teve o registro de candidatura inicialmente negado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por condenação em episódio de compra de votos nas eleições de 2006 para o

governo paraibano. A vaga foi assumida então por Wilson Santiago (PMDB-PB), que ficou em terceiro lugar nas eleições de 2010.

Situação semelhante deve ocorrer com João Capiberibe (PSB), o segundo mais votado nas eleições para o Senado no Amapá, mas considerado inelegível, também pela Lei da Ficha Limpa, por ter sido cassado em 2004 por compra de votos.

Em agosto, o ministro Luiz Fux, do STF, decidiu a favor da diplomação de Capiberibe, mas em seguida foi apresentado recurso, agora indeferido pelo tribunal.

No lugar de Capiberibe, assumiu Gilvam Borges (PMDB), que ficou em terceiro na disputa. Hoje, quem exerce o mandato é o suplente e irmão do titular, Geovani Borges (PMDB).

Relator-geral do Orçamento, o deputado Arlindo Chinaglia se reúne hoje com centrais sindicais para discutir aumento real a aposentados que ganham acima do salário mínimo

Orçamento poderá incluir reajuste para aposentados

CENTRAIS SINDICAIS E entidades representativas dos aposentados reúnem-se hoje com o relator-geral do Orçamento de 2012, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), para discutir o aumento real para os aposentados que ganham acima do salário mínimo.

O salário mínimo já tem uma política de reajuste baseada na variação da inflação e do produto interno bruto (PIB). Uma emenda ao projeto do Orçamento apresentada por um grupo de parlamentares reivindica reajuste equivalente à inflação mais 80% da variação do PIB de 2010.

Segundo o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), que também é presidente da Força Sindical, o percentual seria de 11,7% a partir de janeiro.

– É lógico que nós fizemos essa emenda para negociar, para que o governo possa abrir negociação e que a gente possa ter definido no Orçamento um aumento para os aposentados. Essa é a expectativa.

Segundo o parlamentar, cerca de um terço de deputados já apoia a emenda com aumento real para os aposentados. Ele informou que os aposentados pretendem acompanhar a votação do relatório preliminar na quarta-feira.

O presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical, João Batista Inocentini, resalta que a medida distribui renda, porque deve beneficiar 9,1 milhões de aposentados que recebem benefícios acima do piso nacional. A reunião será na presidência da CMO, a partir das 9h.

Plano Plurianual

Também está aberto, desde quinta-feira passada, o prazo para apresentação de emendas ao PLN 29/11, que trata do Plano



Lio de Paula/Senado Federal

Walter Pinheiro (E), relator do PPA, e Vital do Rêgo, presidente da CMO

Plurianual (PPA) para o período de 2012 a 2015. Até o próximo sábado – 12 de novembro –, os parlamentares poderão apresentar até dez emendas individuais. Cada bancada estadual tem direito a cinco, mesmo número garantido a cada comissão do Senado e da Câmara. O PPA estabelece os projetos, as metas e os programas de médio prazo do governo federal.

Com a aprovação do relatório preliminar, na terça-feira passada, a CMO reviu seu cronograma até o fim do ano. De acordo com o relator do PPA, Walter Pinheiro (PT-BA), a publicação

das emendas deve ser feita até 17 de novembro. A votação do relatório final está prevista para até 8 de dezembro. Uma semana depois, no dia 15, o parecer da CMO será encaminhado à Mesa do Congresso Nacional. O PPA deve ser votado pelo Plenário até o fim da sessão legislativa de 2011 (22 de dezembro).

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) discute na quarta-feira as cinco emendas que apresentará. A redução das desigualdades regionais está entre as diretrizes gerais do PPA.

(Com Agência Câmara)

Por denúncias no Esporte, DEM pedirá impeachment de Agnelo

O partido Democratas (DEM) pedirá nesta semana o impeachment do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT). A informação foi dada pelo líder do DEM no Senado, Demóstenes Torres (GO).

O pedido se baseia nas recentes denúncias de desvios em convênios firmados pelo Ministério do Esporte – denúncias dirigidas não apenas ao ex-ministro Orlando Silva, mas também à gestão de Agnelo na pasta.

– O Democratas não vai ficar parado. Se pedimos a derrocada do único governador eleito pelo PFL em 2006 [José Roberto Arruda], não seremos lenientes com a continuidade das barbáries no Distrito Federal – afirmou Demóstenes em Plenário.

O senador citou reportagem da revista *IstoÉ* que aponta a

Federação Brasileira de Kung-Fu (Febrak), administrada pelo ex-policia militar João Dias, como “a ONG pioneira nos trambiques, ainda em 2005 [quando Agnelo estava no ministério]”.

João Dias foi autor da denúncia à revista *Veja* sobre irregularidades em convênios do Programa Segundo Tempo, que culminou com a saída de Orlando Silva.

Demóstenes comentou que o próprio Agnelo já teria admitido cultivar uma “relação muito boa” com João Dias.

Embora o atual governador do Distrito Federal classifique as acusações de “falsas, irresponsáveis e criminosas”, Demóstenes acredita que o fórum ideal para esclarecer sua veracidade é uma comissão parlamentar de inquérito (CPI).

O obstáculo à abertura de



José Cruz/Senado Federal

Demóstenes Torres anuncia que DEM pedirá saída do governador do DF

uma investigação desse tipo, segundo argumentou, é o fato de Agnelo contar com o apoio de 22 dos 24 deputados distritais. Se a Câmara Legislativa do Distrito Federal não agir nessa direção, Demóstenes acredita que só resta a missão ser assumida pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário.

Constatação é de juristas da comissão do Senado e deputados da subcomissão da Câmara que analisam propostas para reformar o Código Penal, em vigor desde 1940

Penas desproporcionais são desafio para reformar código

A FALTA DE proporcionalidade das penas, a grande quantidade de leis especiais e a inadequação de grande parte das leis à realidade foram apontados como os principais desafios da comissão de juristas do Senado e da subcomissão da Câmara que analisam a reforma do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) e que se reuniram na sexta-feira.

O relator na Câmara, deputado Alessandro Molon (PT-RJ), citou o fato de a pena mínima por falsificar cosméticos, de dez anos, ser maior que a pena mínima por homicídio, de seis anos. Ele disse considerar branda também a pena para corrupção.

– Não é razoável que a pena por roubo seja de quatro anos e por corrupção, de dois anos.

Uma das razões apontadas para as distorções seriam os inúmeros projetos que pedem aumento de pena apresentados após crimes de grande repercussão. A solução poderia ser, para o deputado, a exigência de lei complementar, o que tornaria as alterações mais difíceis.

Para o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson

Dipp, presidente da comissão de juristas do Senado, a ideia não está descartada.

A grande quantidade de crimes previstos no código também foi lembrada pelos participantes da reunião, que relataram a existência de mais de mil crimes na lei brasileira. Como o código é de 1940, muitos desses crimes poderiam ser reenquadrados como infrações.

Para outros delitos, segundo Dipp, falta a previsão legal. É o caso dos crimes cibernéticos,

que acabam sendo enquadrados como estelionato ou fraude.

– Vai chegar um momento em que crimes graves, como entrar em um site de governo, vão ficar em aberto, porque nós não temos um tipo penal – alertou.

A comissão de juristas também recebe sugestões da população para a reforma, por site criado dentro do Alô Senado (www.senado.gov.br/alosenado) ou pelo telefone 0800-612211.

A próxima reunião do grupo será em 1º de dezembro.



Gilson Dipp (E), presidente da comissão de juristas, e deputado Alessandro Molon

Especialistas sugerem ampliação da hidreletricidade

O Brasil é o quarto maior produtor de energia hidrelétrica do mundo e, mesmo assim, usa apenas um terço do seu potencial. Para os participantes da audiência pública realizada sexta-feira na Usina de Itaipu, em Foz do Iguaçu (PR), a presença marcante da hidreletricidade na matriz energética brasileira deve continuar, mesmo com a chegada de fontes alternativas de energia. Essa posição foi defendida no encontro principalmente pelo diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Luiz Pinguelli Rosa.

Promovida pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), a audiência foi conduzida por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Sérgio Souza (PMDB-PR).

No painel “Energia e mudanças climáticas”, Pinguelli disse

que a energia hidrelétrica com controle ambiental é muito viável por causar menos danos ao planeta, não agravar o efeito estufa e ter fontes renováveis.

Ao comparar a produção de energia elétrica brasileira com o resto do mundo, o pesquisador disse que 45% da energia produzida pelo país vem de fontes renováveis. No mundo, esse número é de apenas 10%, sendo que nos países desenvolvidos, 5%. Isso ocorre porque o potencial hidrelétrico deles já está quase totalmente esgotado, segundo Pinguelli.

– A França já tem 90% da sua capacidade de produzir instalada, e a Alemanha, 80%. O Brasil usou apenas um terço da sua capacidade – afirmou.

O diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais da Empresa de Pesquisa Energética, Amílcar Guerreiro, apontou

que 75% da energia contratada pelo governo para os próximos cinco anos são de fontes renováveis, sendo quase a metade proveniente das hidrelétricas.

Já no painel “Agricultura e mudanças climáticas”, o diretor-geral do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica (Cepel), Albert Melo, comparou os benefícios da energia hidrelétrica aos das fontes alternativas, como a solar ou a eólica. Para ele, a primeira é a mais indicada por trazer mais desenvolvimento para a região onde está instalada a usina e por ser considerada mais barata.

O chefe-geral da Embrapa Meio Ambiente, Celso Manzatto, acrescentou que os três grandes desafios da agropecuária para se adaptar às mudanças climáticas são os efeitos dos desmatamentos, dos fertilizantes e da poluição produzida pelo próprio gado nas pastagens.

Comissão analisa defesa do pré-sal pelas Forças Armadas

A Comissão de Relações Exteriores realiza hoje o painel “Pré-sal – papel das Forças Armadas na defesa do patrimônio e alocação de recursos para essa finalidade”, como parte do ciclo de palestras Rumos da Política Externa Brasileira (2011–2012). O requerimento é de autoria do presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL).

Para debater o assunto, foram convidados o chefe do Estado-Maior da Armada, almirante de esquadra Luiz Umberto de Mendonça; o presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate, da Aeronáutica, brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Junior; e o engenheiro Simon Rosental, da Escola Superior de Guerra.

Quilombolas são tema de audiência pública hoje

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz hoje às 9h audiência pública para debater a situação da população das terras remanescentes dos quilombos no Brasil. A intenção é tornar mais conhecida da população a existência dos antigos quilombos, que não são vistos como instituição com cultura e direitos. Também se falará das ameaças de expropriação de terras de quilombolas e da ausência de serviços sociais nesses locais, como água tratada, saneamento e educação. Entre os convidados, estão a ministra da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Bandeira Florence.

CCJ sabetina dois indicados para o Conselho Nacional do MP

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se amanhã, às 14h, para sabatar a promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios Claudia Maria de Freitas Chagas e o procurador da República Mario Luiz Bonsaglia, indicados ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Os dois indicados já exercem mandato no conselho desde 2009.

Claudia Maria de Freitas Chagas é bacharela em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), sendo especialista em Sistema de Justiça Criminal pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Membro do Ministério Público Federal desde 1991, Mario Luiz Bonsaglia é formado em Direito pela Universidade de São Paulo, onde obteve o título de doutorado em Direito do Estado, em 2005.

ACONTECEU NAS COMISSÕES

Delcídio: comissões permanentes devem debater temas nacionais

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Delcídio do Amaral (PT-MS), anunciou na última segunda-feira a intenção de apresentar requerimento para que o colegiado concentre os debates sobre temas importantes, como a nova redistribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), e não sejam criadas comissões especiais com esse objetivo.

O senador vem criticando a multiplicação de comissões especiais no Senado e salienta a necessidade de valorizar os debates nas comissões temáticas.

– O lugar onde nós, senadores, temos condições de debater os grandes temas nacionais são as comissões permanentes – disse.

Na terça, a comissão presidida por Delcídio aprovou projeto de Lindbergh Farias (PT-RJ) para que seja incluída entre as competências do Banco Central a busca do crescimento econômico e a geração de empregos. Portanto, deixariam de ser objetivos exclusivos da ação do BC perseguir a estabilidade da moeda (controle da inflação) e garantir a solidez do sistema financeiro. O projeto (PLS 477/11 – Complementar) ainda será submetido ao Plenário.

Outra matéria aprovada pela CAE (PLS 301/11 – Complementar) inclui entre os objetivos do Conselho Monetário Nacional (CMN) “a busca do pleno emprego”. Segundo o autor, Inácio Arruda (PCdoB-CE), isso significa “perseguir a utilização

máxima do capital e do trabalho permitida pela economia”. O exame final também caberá ao Plenário.

Meio ambiente

O debate sobre o crescimento sustentável também movimentou a agenda de várias comissões. A de Meio Ambiente (CMA) debateu em audiência, na terça, proposta de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) que pode atingir o consenso entre órgãos ambientais, população e mineradoras em torno do Parque Nacional da Serra da Canastra, no centro-sul de Minas Gerais.

Pelo substitutivo de Rollemberg, relator de dois projetos sobre o tema na CMA (PLCs 147/10 e 148/10), o parque pode passar a ter 150 mil hectares, enquanto outros 50 mil seriam transformados em monumentos naturais, em vez de áreas de proteção ambiental (APAs).

Ainda na terça, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) discutiu o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC), do governo federal, que tem como objetivos reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa e aumentar a produtividade.

Na segunda, em audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH), entidades que integram o Comitê Brasil em Defesa das Florestas apresentaram sugestões ao novo Código Florestal (PLC 30/11), para restringir atividades em áreas de preservação permanente e de reserva legal.



Presidente da CAE critica multiplicação de comissões

Lio de Paula/Senado Federal